


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

| Dispositivo legal | Descrição |
|---|--|
| Emenda Constitucional Federal nº 134, de 25/09/2024 | Altera o art. 96 da Constituição Federal, para dispor sobre a eleição dos órgãos diretivos do Tribunal de Justiça. |
| Emenda Constitucional Federal nº 133, de 23/08/2024 | Impõe aos partidos políticos a obrigatoriedade da aplicação de recursos financeiros para candidaturas de pessoas pretas e pardas; estabelece parâmetros e condições para parcelamento e refinanciamento de débitos de partidos políticos; reforça a imunidade tributária dos partidos políticos. |
| Emenda Constitucional Estadual nº 91, de 29/05/2024 | Altera a alínea "c" do inciso VII do art. 249 da Constituição do Estado do Pará. |
| Emenda Constitucional Estadual nº 90, de 10/04/2024 | Dá nova redação ao caput do art. 128 da Constituição do Estado do Pará. |
| Lei Complementar Federal nº 208, de 03/07/2024 | Altera a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para dispor sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários dos entes da Federação. |
| Lei Complementar Estadual nº 175, de 04/07/2024 | Altera a Lei Complementar Estadual nº 07, de 25 de setembro de 1991, que regula o art. 36 da Constituição do Estado do Pará, dispondo sobre contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. |
| Lei Ordinária Estadual nº 10.703, de 18/09/2024 | Altera a Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará. |
| Lei Ordinária Estadual nº 10.697, de 17/07/2024 | Dispõe sobre diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2025. |
| Lei Ordinária Estadual nº 10.595, de 21/06/2024 | Altera a Lei Estadual nº 10.560, de 10 de dezembro de 2023, que cria a Secretaria de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), altera a Lei nº 8.096, de 18 de janeiro de 2015, que dispõe sobre a estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. |
| Lei Ordinária Estadual nº 10.560, de 11/04/2024 | Altera a Lei Estadual nº 8.972, de 13 de janeiro de 2020, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, e a Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. |
| Lei Ordinária Estadual nº 10.553, de 17/06/2024 | Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo junto a organização e instituições financeiras internacionais, com a garantia da União |


GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

| Dispositivo legal | Descrição |
|---|--|
| Lei Ordinária Estadual nº 10.520, de 08/05/2024 | Altera a Lei Estadual nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, que disciplina o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). |
| Lei Ordinária Estadual nº 10.515, de 08/05/2024 | Altera a Lei Estadual nº 10.311, de 28 de dezembro de 2023, que institui a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (TFRH) e o Cadastro Estadual de Controle, Acompanhamento e Fiscalização das Atividades de Exploração e Aproveitamento de Recursos Hídricos (CERH). |
| Lei Ordinária Estadual nº 1.498, de 26/04/2024 | Altera a Lei Estadual nº 9.853, de 9 de fevereiro de 2023, que dispõe, no âmbito do Poder Executivo Estadual sobre a gratificação de que trata o inciso II do caput do art. 132 da Lei Estadual nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. |
| Lei Ordinária Estadual nº 10.456, de 11/04/2024 | Estabelece o regime jurídico de ajustes entre a Administração Pública e pessoas físicas ou jurídicas, que exercem serviços ou funções de interesse público. |
| Lei Ordinária Estadual nº 10.452, de 11/04/2024 | Altera a Lei Estadual nº 8.574, de 16 de dezembro de 2017, que autoriza o Estado do Pará a contrair empréstimos com organismos financeiros. |
| Decreto Legislativo nº 33, de 26/09/2024 | Ratifica o Convênio ICMS nº 74, de 15 de junho de 2024, que altera o Convênio ICMS nº 81, de 4 de julho de 2003, que dispõe sobre a isenção do ICMS nas operações relacionadas ao Programa de Segurança Alimentar e Nutricional. |
| Decreto Legislativo nº 32, de 04/09/2024 | Ratifica a Convenção ICMS nº 70, de 2024, que altera a disciplina do ICMS nas operações internas e interestaduais. |
| Decreto Legislativo nº 27, de 03/07/2024 | Ratifica a Convenção ICMS nº 75, de 2024, que estabelece novas regras de cálculo para o ICMS em operações interestaduais com combustíveis. |
| Decreto Legislativo nº 26, de 03/07/2024 | Ratifica os Convênios ICMS nºs. 15 e 24/24, celebrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)". |
| Decreto Legislativo nº 25, de 03/07/2024 | Ratifica o Convênio ICMS nº 55/24, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)". |
| Decreto Legislativo nº 22, de 26/06/2024 | Ratifica o Convênio ICMS nº 56/2024 celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), nos termos estabelecidos no art. 4º da Lei nº 5.530, de 13 de janeiro de 1989, com redação dada pela Lei nº 9.389, de 16 de dezembro de 2021, que "Disciplina o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e |